

Pluralismo religioso: o diálogo e a alteridade como chaves para a construção de uma cultura de paz

Ações de diálogo e reflexão para a superação da intolerância religiosa estão entre os principais pilares das organizações ecumênicas no Brasil. “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de cultos e suas liturgias” diz o artigo 5, inciso VI da Constituição Federal.

A liberdade religiosa é também um dos direitos fundamentais da humanidade, como afirma a declaração universal dos direitos humanos, cuja publicação pela CESE, no ano de 1973, marca o início das atividades da instituição no Brasil. A obra, comentada por documentos das Igrejas Associadas da CESE e passagens bíblicas, cita a declaração final da VIII Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, em Zimbábwe, como fundamentação para o artigo XVII da Declaração Universal: “Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular”.

Marco Gondim

Jornalista. Assessor de Comunicação da Condeneradonia
Ecumênica de Serviço—CESE.
marco@cese.org.br

Abstract: *Religious freedom is guaranteed in the Constitution of Brazil, and is a basic Human Right, yet religious discrimination is a reality in the world today, and stereotypes influence our relations. Within the religious diversity in Brazil the author refers to dialogue and reflection as a way of overcoming intolerance.*

No âmbito do apoio a projetos, a CESE sempre se pautou pelo princípio da igualdade entre os diversos grupos apoiados, nas suas lutas por superação de desigualdades e injustiças. Assim, quaisquer que sejam as confissões religiosas dos grupos que acessam o Serviço de Apoio a Projetos, o apoio sempre se dá em razão do trabalho social por eles proposto.

De outro ângulo de abordagem da questão, também em muitos dos projetos apoiados pela CESE, alguns dos objetivos relacionam-se à defesa de uma identidade étnica característica e a superação de situações de preconceito que causam situações de injustiça e exclusão. O caso dos terreiros e das terras indígenas é exemplar neste sentido, pois não se pode compreender o acesso à terra e as atividades em prol da manutenção da identidade destas populações, sem a compreensão do contexto religioso em que estas se inserem.

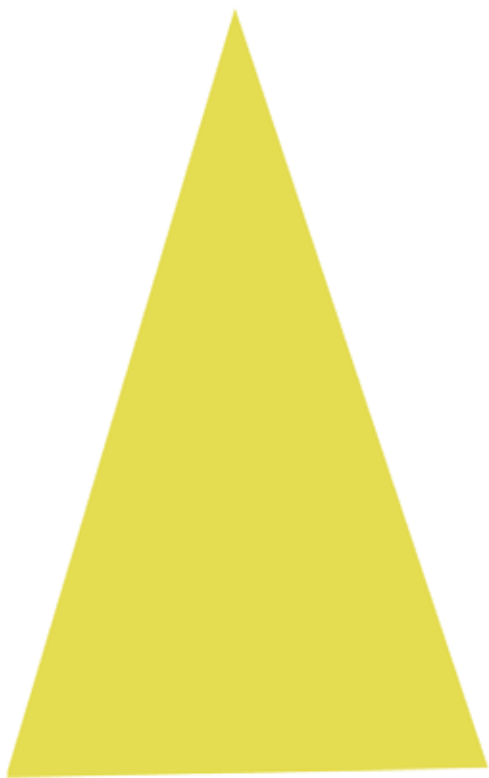
Intolerância

As manifestações de intolerância ainda ocorrem com muita frequência, quase sempre associadas à discriminação racial, étnica ou de classe social. Muitos ainda são os embates travados, por exemplo, por religiões de matriz africana como o candomblé: culto dos orixás, de origem totêmica e familiar. A religião, que tem por base a “anima” (alma) da Natureza, sendo portanto chamada de anímica, foi desenvolvida no Brasil com o conhecimento dos sacerdotes africanos que foram escravizados e trazidos da África para o Brasil, juntamente com seus hábitos, sua cultura, e seu idioma.

O desconhecimento e o preconceito leva a muitas ações de intolerância como a invasão e depredação de locais de culto. A CESE tem sempre buscado a mobilização contra esse tipo de atitude entre seus parceiros do movimento ecumênico e Igrejas Associadas. Muitas comunidades de terreiros têm sido apoiadas em ações de promoção da igualdade racial que buscam superar a ignorância e o preconceito por parte de segmentos das igrejas cristãs.

Mas as igrejas históricas têm se reafirmado enquanto instrumentos de promoção de uma cultura de paz na sociedade brasileira. A convivência com a diversidade religiosa se dá, muitas vezes, por meio de trabalhos comunitários desenvolvidos em comum, como as parcerias entre pastorais católicas e serviços de diaconia das igrejas evangélicas na promoção de atividades

em comum com representantes de religiões de matriz africana. Isto não se dá apenas no âmbito de discussão do ecumenismo, mas também, com ações concretas como cooperativas de mulheres e de jovens, ações de economia solidária, de promoção da segurança alimentar e nutricional, de comunicação e cultura que fortalecem, na prática diária da convivência, o intercâmbio que faz superar o preconceito.



Em 2004, Ao final da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, da qual a CESE tomou parte, diversos líderes religiosos assinaram o seguinte documento: “Declaramos a necessidade de se buscar, por meio do diálogo inter-religioso, a valorização de ser enquanto sujeito de sua própria história, independente do credo religioso. Somos unânimes em repudiar qualquer tipo de ato de perseguição e intolerância religiosa”.

Florescimento da Diversidade Religiosa

O crescimento evangélico e o redescobrimto de religiões aborígenes estão modificando surpreendentemente o panorama religioso latino-americano e tudo indica que a região apresentará, nos próximos anos, um espectro ainda mais colorido de pluralidade religiosa.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma comparação entre os censos de 1991 e 2000 revela que em apenas nove anos a porcentagem de católicos caiu de 83% para 73,5%, enquanto os “evangélicos”, principalmente pentecostais e de igrejas independentes, aumentaram sua membresia de 9% para 15% da população do país. A porcentagem de pessoas “sem religião” também aumentou no Brasil entre 1991 e 2000, passando de 4,8% para 7,3% da população, principalmente nas cidades e entre pessoas de nível elevado de educação, e entre os jovens.

Para o Presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e Moderador do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Pr. Walter Altmann “No contexto do pluralismo religioso é preciso fortalecer a busca de novas formas de diálogo ecumênico, a cooperação entre as igrejas, assim como entre as diferentes expressões religiosas”.

A CESE considera que não apenas é possível como essencial em tempo marcado por tantos conflitos e etnocentrismos, privilegiar o pluralismo religioso. A realidade das diferenças religiosas não devem ser vistas como traços negativos, mas como sinais ricos e substanciais. A existência das diferenças é que propicia o crescimento e o aprendizado. As identidades religiosas permanecem frágeis quando desprovidas da possibilidade de um enriquecimento com a alteridade. O outro é capaz de propiciar dimensões inusitadas e



belas que escapam cada visão em particular. A cada dia cresce a percepção de que o único caminho possível para a paz é o do diálogo, a compreensão mútua e a hospitalidade inter-religiosa. Só pode haver verdadeiro diálogo inter-religioso quando se reconhece o pluralismo religioso como um valor, enquanto realidade de direito.

